

II Concurso - Prova Específica

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

II CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROVA ESCRITA DE DIREITO CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Data: 17-12-78 Ponto sorteado n° 10

1° Quesito:

A delegação de competência legislativa é admitida no vigente direito constitucional brasileiro.(Fundamente a resposta).

2° Quesito:

Que infrações político-administrativas pode praticar o Prefeito Municipal, a que sanção elas o sujeita e qual o procedimento a observar para a imposição da sanção?

3° Quesito:

Concessões e permissões de serviço público. Traços distintivos dessas espécies.

4° Quesito:

Lei ordinária estadual estabeleceu normas a serem observadas no regime de exploração, por empresas permissionárias de transporte coletivo de passageiros, de âmbito intermunicipal, sob

permissão e fiscalização permanente do órgão competente do governo Estadual. Dispõe dita lei, em seu art. 31, o seguinte:

Art. 31 - Os órgãos dos poderes públicos dos Municípios ao regularem o serviço de transporte coletivo de passageiros, em seu território, observarão as normas da presente lei, sem prejuízo das disposições complementares que adotarem em conformidade com o peculiar interesse local."

Responda fundamentadamente se a disposição contida no artigo de lei transcrito é inconstitucional.

5º Quesito:

Em que hipótese (ou hipóteses) compete ao Curador de Ausentes, Órfãos e Interditos, no processo de inventário, requerer a nomeação de curador especial ao incapaz? Fundamente a resposta.

6º Quesito:

A que órgão jurisdicional compete processar e julgar membro do Ministério Público que comete: a) homicídio doloso? b) homicídio culposo? Fundamente a resposta.

B O A S O R T E !

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

DO RIO DE JANEIRO

II CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA

DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROVA ESCRITA DE DIREITO CIVIL, COMERCIAL e PROCESSUAL CIVIL

Data: 10-12-78 Ponto sorteado nº 11

1º Quesito:

TÍCIO, menor, representado por sua mãe, e esta, por si, intentam ação de alimentos contra CAIO, pai de TÍCIO e marido da litisconsorte ativa. Na sentença de 1º grau, a mulher ficara completamente vencida; TÍCIO, todavia, conseguiu a metade do que pedira. CAIO, inconformado, apelou no 15º dia, pleiteando a exoneração total de prestar alimentos ao filho, que não recorreu. QUESTÃO: Pode a mulher valer-se do recurso adesivo, na apelação de CAIO, condenado ao pagamento de uma pensão alimentícia? O M.P. deve atuar nesta causa? Como parte? Como Custos Legis? (Explique a resposta).

2º Quesito:

Indique os processos ou procedimentos adequados para as seguintes causas:

- 1) Ação Possessória de reintegração de coisa móvel, quando intentada dentro de ano e dia do esbulho;
- 2) Cobrança judicial de despesas de condomínio, realizadas pelo locador contra o locatário;
- 3) Ação Possessória que verse sobre imóvel quando a ofensa à posse é de mais de ano e dia;

4) Possessória de reintegração de semovente, quando o esbulho é de mais de ano e dia.

3° Quesito:

Antes de ser homologada a concordata, e já em processamento esta, a concordatária deixou de cumprir o julgado que a condenou em pedido de restituição, oferecendo bens à penhora.

É possível, na hipótese, a conversão da concordata em falência? (Resposta fundamentada).

4° Quesito:

Se o marido presta fiança sem o consentimento da mulher, incide a garantia em hipótese de invalidade? (Resposta fundamentada)

5° Quesito:

A, no estado de solteiro, ao tempo em que vivia maritalmente com B, que dele então se achava grávida (fato de seu conhecimento) , fez testamento, dispondo de seu patrimônio em favor de sua irmã C. Em uma das disposições, ressalvou o testador que se, por qualquer circunstância, ao tempo de sua morte, não pudesse dispor da totalidade de seus bens, a liberalidade seria reduzida à sua parte disponível, ficando a outra metade gravada com as cláusulas de inalienabilidade e incomunicabilidade. Ao falecer A, já havia nascido D, a filha da união do testador com B. Essa filha, representada por B, propôs ação de anulação do testamento, com base no artigo 1.750 do Código Civil.

Emitir parecer pelo M.P.

BOASORTE!

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

DO RIO DE JANEIRO

II CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA

DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROVA DE DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

Data: 03-12-78 Ponto sorteado nº 06

1º Quesito:

a) Quais as causas de exclusão da antijuridicidade contempladas em nossa Lei Penal?

b) Quais as principais características de cada uma delas e quais os principais critérios para distingui-las umas das outras?

c) Que se entende por crime militar? Como distingui-lo dos crimes comuns?

2º Quesito:

Caio e Aurélia, pessoas pobres e residentes em uma favela, são pais de 4 filhos todos menores, com idades entre 6 e 12 anos. Por notícia de vizinhos a autoridade policial tomou conhecimento de que um desses menores, com oito(8) anos de idade, vinha sendo deixado acorrentado, no interior do barraco em que reside a família, durante as horas do dia em que os

pais se ausentavam, para trabalhar. Indo ao local, os agentes da autoridade verificam a exatidão da notícia, encontrando o menor acorrentado. Instaurado o inquérito, no curso dele se verifica ainda que: a) O menor sofreu lesões, de natureza leve, em consequência do esforço empreendido para libertar-se das correntes; b) o menor é portador de anomalia psíquica, e já havia, por diversas vezes, provocado incidentes na ausência dos pais, inclusive colocando em risco sua própria integridade física; c) os pais estavam tentando tratá-lo dessa anomalia, na medida de suas possibilidades, inclusive pleiteando sua internação através dos órgãos da previdência social, até então sem sucesso; d) os outros filhos do casal recebiam tratamento normal.

Concluído o inquérito, foi o mesmo encaminhado ao Promotor de Justiça da Comarca. Nessa qualidade de Promotor, ofereça a peça procedimental que entender cabível, fundamentando-a, e analise o fato, sob os seus aspectos jurídico-penais, em apartado.

3° Quesito:

É possível a admissão da figura processual do assistente de acusação no processo das contravenções?

fundamente a resposta.

4° Quesito:

Nos processos sujeitos ao rito sumário cogitado no art. 539 do Código de Processo Penal, o juiz que preside a audiência de instrução e julgamento fica vinculado ao feito para o fim de proferir sentença?

Justifique a resposta.

BOASORTE!